

3. Província de Inhambane:		
Todos os distritos	10 000,00 MT	15 000,00 MT
4. Província de Sofala:		
Distritos de:		
– Búzi, Caia, Chemba, Cheringoma, Gorongosa, Machanga, Maringué, Muanza e Nhmatatanda	15 000,00 MT	20 000,00 MT
– Chibabava, Dondo e Marromeu	20 000,00 MT	25 000,00 MT
5. Província de Manica:		
Distritos de:		
– Manica, Gondola, Sussundenga, Mussurize e Bárue... ..	15 000,00 MT	20 000,00 MT
– Macossa, Machaze e Guro	10 000,00 MT	15 000,00 MT
– Tambara	8 000,00 MT	12 000,00 MT
6. Província de Tete:		
Todos os distritos	10 000,00 MT	15 000,00 MT
7. Província de Zambézia:		
Todos os distritos	10 000,00 MT	15 000,00 MT
8. Província de Nampula:		
Todos os distritos	15 000,00 MT	20 000,00 MT
9. Província de Cabo Delgado:		
Todos os distritos	10 000,00 MT	15 000,00 MT
10. Província do Niassa:		
Todos os distritos	15 000,00 MT	20 000,00 MT

ARTIGO 2. O produto das colectas do imposto terá a seguinte distribuição:

- 70% constituem receita do Orçamento Provincial;
- 25% constituem receita consignada aos orçamentos distritais; e
- 5% destinam-se a remunerar os funcionários ou agentes que participam nas actividades de recenseamento dos contribuintes e do lançamento do Imposto.

ARTIGO 3. As disposições deste diploma não são aplicáveis nos territórios onde, nos termos da Lei n.º 11/97, de 31 de Maio, será cobrado o Imposto Pessoal Autárquico.

Maputo, 12 de Outubro de 2005. — O Ministro das Finanças,
Manuel Chang.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho

Tornando-se necessário estabelecer, para a Baía de Maputo, o período de veda para a pescaria do camarão para o ano 2006, ao abrigo do disposto no artigo 115 do Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1. É interdita a pesca de camarão em toda a Baía de Maputo, a sul e a oeste de uma linha que une o Cabo da Inhaca e a Ponta da Macaneta, durante o período de 1 de Janeiro a 1 de Março de 2006, inclusive;

2. O período de veda efectiva aplica-se às seguintes embarcações de pesca nacionais e estrangeiras licenciadas para pescar nas águas jurisdicionais de Moçambique:

- Embarcações de pesca semi-industrial de arrasto a motor;
- Embarcações de pesca artesanal de arrasto a motor e arrasto para bordo.

3. Os estabelecimentos de processamento de produtos de pesca que processam camarão ficam interditos durante o período de veda, de adquirir, transportar, manipular ou processar novos lotes de camarão, devendo para tal apresentar às competentes autoridades locais de inspecção de pescado a declaração das existências de matéria-prima e de produto final até às 9:00 horas do dia 1 de Janeiro de 2006.

4. O não cumprimento das disposições do presente Despacho implicará a revogação da licença de pesca da embarcação ou da licença de funcionamento do estabelecimento de processamento, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação pesqueira para tais infracções.

5. As dúvidas que surgirem na aplicação do presente Despacho serão esclarecidas pela Direcção Nacional da Administração Pesqueira.

Ministério das Pescas, em Maputo, 7 de Outubro de 2005.
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

Despacho

Tornando-se necessário estabelecer, no Banco de Sofala, o período de veda para a pescaria do camarão para o ano 2006, ao abrigo do disposto no artigo 115 do Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1. É estabelecido um período de veda efectiva para a pescaria de camarão, na zona compreendida entre os paralelos 16º Sul e 19º 47' Sul, durante o período de 15 de Novembro de 2005 a 1 de Março de 2006, inclusive;

2. É estabelecido um período de veda efectiva para a pescaria de camarão, na zona compreendida entre as coordenadas que se estendem da Costa até uma linha que une o ponto 19º 47' Sul e 35º 00' Este com o ponto 21º 00' Sul e 35º 11' Este, durante o período de 1 de Dezembro de 2005 a 15 de Março de 2006, inclusive;

3. O período de veda efectiva aplica-se às seguintes embarcações de pesca nacionais e estrangeiras, licenciadas para pescar nas águas jurisdicionais de Moçambique:

- Embarcações de pesca industrial e semi-industrial de arrasto a motor;
- Embarcações de pesca artesanal de arrasto a motor, arrasto para bordo e arrasto para terra.

4. É interdita nas zonas e períodos indicados no n.º 1 do presente despacho a pesca, por arrasto, do peixe, da gamba e de outros crustáceos de profundidade;

5. A medida abrange a pesca de arrasto para a terra exercida manualmente pelos pescadores artesanais na zona costeira dos distritos de Angoche e Moma.

6. Todas as embarcações de pesca licenciadas para o arrasto do peixe e da gamba deverão apresentar-se no porto base antes do início e no fim do período de veda indicado no número 1 do presente Despacho, para verificação das existências a bordo.

7. Os estabelecimentos de processamento de produtos de pesca que processam camarão ficam interditos durante o período de veda, de adquirir, transportar, manipular ou processar novos lotes de camarão, devendo para tal apresentar às competentes autoridades locais de inspecção de pescado a declaração das existências de matéria-prima e de produto final até às 9:00 horas do dia 16 de Novembro de 2005.

8. O não cumprimento das disposições do presente Despacho implicará a revogação da licença de pesca da embarcação ou da licença de funcionamento do estabelecimento de processamento, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação pesqueira para tais infracções.

9. As dúvidas que surgirem na aplicação do presente Despacho serão esclarecidas pela Direcção Nacional da Administração Pesqueira.

Ministério das Pescas, em Maputo, 7 de Outubro de 2005.
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

Despacho

Tornando-se necessário estabelecer, para a Foz do Rio Limpopo, o período de veda para a pescaria do camarão para o ano 2006, ao abrigo do disposto no artigo 115 do Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, conjugado com alínea a) do n.º 4 do artigo 2 do Diploma Ministerial n.º 30/2003, determino:

1. Durante o período de 1 de Janeiro a 1 de Março de 2006, inclusive, é interdita a pesca de camarão na zona compreendida entre a foz do Rio Limpopo e o Farol de Quissico, na Zona delimitada pelos pontos constantes deste Despacho, definidos pelas seguintes coordenadas geográficas:

Ponto A: 25° 16'S e 33° 20'E

Ponto B: 25° 25'S e 33° 20'E

Ponto C: 25° 00'S e 35° 00'E

Ponto D: Farol de Quissico

2. O período de veda efectiva aplica-se às embarcações de pesca nacionais e estrangeiras, licenciadas para pescar nas águas jurisdicionais de Moçambique, fazendo uso do arrasto a motor e do arrasto para bordo.

3. Os estabelecimentos de processamento de produtos de pesca que processam camarão ficam interditos durante o período de veda, de adquirir, transportar, manipular ou processar novos lotes de camarão, devendo para tal apresentar às competentes autoridades locais de inspecção de pescado a declaração das existências de matéria-prima e de produto final até às 9:00 horas do dia 1 de Janeiro de 2006.

4. O não cumprimento das disposições do presente Despacho implicará a revogação da licença de pesca da embarcação ou da licença de funcionamento do estabelecimento de processamento, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação pesqueira para tais infracções.

5. As dúvidas que surgirem na aplicação do presente Despacho serão esclarecidas pela Direcção Nacional da Administração Pesqueira.

Ministério das Pescas, em Maputo, 7 de Outubro de 2005.
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

TRIBUNAL SUPREMO

Despacho

Nos termos dos artigos 223, n.º 4 e 224, da Constituição, na República de Moçambique deixam de existir tribunais militares em tempo de paz, cabendo aos tribunais judiciais a jurisdição sobre todos os crimes previstos no ordenamento jurídico nacional.

Em consequência, e no uso das competências que me são conferidas pelas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 10/92, de 6 de Maio, determino que os autos relativos às acções de natureza penal militar, cujo julgamento compete ao Tribunal Supremo, incluindo os processos ora pendentes, sejam distribuídos pelas secções criminais deste tribunal.

Maputo, 17 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Mário Fumo Bartolomeu Mangaze*.

BANCO DE MOÇAMBIQUE

AVISO N.º 11/GGBM/2005

Havendo necessidade de introduzir um novo tipo de operações e de acompanhar a dinâmica do mercado financeiro, torna-se necessário ajustar o quadro normativo que regula o Mercado Monetário Interbancário. Assim, o Banco de Moçambique, no uso das competências que lhe são conferidas pelo n.º 1 do artigo 21 da Lei n.º 1/92 — Lei Orgânica do Banco — de 3 de Janeiro, determina:

1. É aprovado o Regulamento do Mercado Monetário Interbancário, em anexo, que faz parte integrante deste Aviso.

2. O presente Aviso entra em vigor 20 dias após a data da sua publicação e revoga o Aviso n.º 02/GGBM/2003, de 11 de Agosto.

3. As dúvidas que surgirem na interpretação e aplicação do presente Aviso deverão ser submetidas ao Departamento de Mercados do Banco de Moçambique.

Maputo, 18 de Outubro de 2005. — O Governador, *Adriano Afonso Maleiane*.

Regulamento do Mercado Monetário Interbancário

CAPÍTULO I

Mercado Monetário Interbancário

ARTIGO 1

(Conceito e objectivos do MMI)

1. O Mercado Monetário Interbancário, doravante designado MMI, é um segmento do mercado monetário do Metical, regulamentado, no qual as instituições autorizadas permutam fundos representados por saldos das suas contas de depósito à ordem no Banco de Moçambique ou valores mobiliários desmaterializados inscritos em contas-título neste mesmo Banco, visando equilibrar os excedentes e necessidades de moeda primária entre as instituições monetárias.

2. O Banco de Moçambique pode intervir no MMI, absorvendo ou cedendo liquidez, através da compra, venda ou emissão de títulos ou ainda por via de depósitos, denominados leilões de depósito.

ARTIGO 2

(Montante mínimo das operações do MMI)

Os montantes das operações realizadas no MMI serão expressos em milhões de contos e o valor de cada operação não deverá ser inferior a 5 milhões de contos.